

## **Ativismo Digital Materno: Características do Movimento de Mães em Rede e Interfaces com os Ativismos Feministas<sup>1</sup>**

Andrea MEDRADO<sup>2</sup>

Ana Paula MULLER<sup>3</sup>

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

### **RESUMO**

O objetivo desta pesquisa é investigar de quais maneiras um movimento de mulheres mães em rede dá origem a um fenômeno que consideramos como uma forma distinta de ativismo: o ativismo digital materno. Aqui, discutimos questões importantes como: quais são as principais características desse fenômeno?; de que maneira ele se insere nos campos teórico e empírico do ativismo digital?; como se dão as relações entre o ativismo digital materno e os diversos feminismos em rede encontrados atualmente? Com base em uma pesquisa inspirada na etnografia digital, com a condução de observações participantes em perfis online, a pesquisa revelou que duas características importantes do ativismo digital materno são representadas pelo combate ao determinismo materno e pela percepção da maternidade como ato político.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ativismo digital; ativismo materno; movimentos sociais em rede; redes sociais; feminismo.

### **Introdução**

No texto de abertura do blog e plataforma colaborativa Cientista Que Virou Mãe ([www.cientistaqueviroumae.com.br](http://www.cientistaqueviroumae.com.br)), Lígia Moreiras Sena, feminista, doutora em ciências e “mãe da Clara”, como ela mesma se descreve, apresenta algumas das principais questões que deram impulso à criação e realização desta iniciativa. A autora denuncia uma estrutura social em que as mulheres passaram a ocupar mais posições no mercado de trabalho, sem que esse avanço levasse em conta a maternidade e a distribuição de responsabilidades, ainda extremamente desigual, entre homens e mulheres na criação dos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Espaço e Cidadania, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense - UFF. Pós-Doutora em Estudos de Mídia pela Royal Holloway University of London. Doutora em Estudos de Mídia pela University of Westminster, Londres. Co-Investigadora da Rede E-Voices Redressing Marginality. Coordenadora da *Community Communication and Alternative Media* Section da IAMCR. e-mails: [andreamedrado@id.uff.br](mailto:andreamedrado@id.uff.br); [ammedrado@hotmail.com](mailto:ammedrado@hotmail.com).

<sup>3</sup> Mestre em Mídia e Cotidiano pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano. e-mail: [apmjornalismo@gmail.com](mailto:apmjornalismo@gmail.com).

---

e cuidado com os filhos. Dessa forma, a mulher, muitas vezes com escassos suportes emocional e financeiro e com altíssimos níveis de expectativa sobre seu desempenho profissional, vê-se em um dilema intransponível: precisa trabalhar como se não tivesse filhos e precisa ter filhos como se não tivesse trabalho. Para citar Lígia:

Por que precisaria deixar minha filha tão bebê, ainda amamentada, em uma creche para poder trabalhar ao invés de contar com uma estrutura social que acolhesse a mãe trabalhadora e seus filhos? Por que eu, de Lígia que sou, passaria a ser chamada de “mãezinha”? Por que, apenas por ter me tornado mãe, passaria por tanta situação de desigualdade, iniquidade e dificuldade nessa sociedade que ridiculariza mulheres em função da maternidade? (SENA, s.d).

Tais reflexões são ponto de partida para este trabalho, que analisa como as mídias digitais vêm sendo utilizadas para trazer para o debate público questões que antes estavam encobertas por uma aura romantizada a respeito do que representa o gerar e o cuidar de filhos. Nossa pesquisa toma como base uma observação participante acerca do cotidiano de mulheres mães em suas narrativas em blogs, páginas e perfis sobre maternidade em redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter. Tendo como apoio o pensamento de Agnes Heller (2011), entendemos que a sociedade de consumo da pós-modernidade pode subtrair da condição da maternidade uma possibilidade fundamental para o ser humano: o fruir social. Ou seja, a situação social da maternidade está sujeita a fatores que atendem, em primeira instância, ao funcionamento do sistema econômico neoliberal. Nesse contexto, sugerimos que a Internet, e suas arestas, podem ser apropriadas para ações contra-hegemônicas que contestam o que é dito pela grande mídia institucional e o que foi construído culturalmente para normatizar o sistema feminino de costumes. A autonomia dos espaços simbólicos da rede é vista como instrumento para prover visibilidades a questões que estavam antes mal representadas por uma imagem construída segundo o estereótipo idílico romântico da mãe perfeita.

O que chamamos neste trabalho de “ativismo digital materno” ganhou força a partir da segunda década do século XXI, com o fervilhar de páginas voltadas para temáticas de campanhas feministas nas redes sociais. No Facebook, a rede social mais popular durante este período, a página “Feminismo sem demagogia”, criada em 2012 e a comunidade “Empodere duas mulheres”, criada em 2015, já alcançavam, no final do ano de 2016, uma rede de mais de um milhão de pessoas cada. O discurso do “meu corpo, minhas regras”, bandeira da chamada Quarta Onda do Feminismo, passou a permear classes e gêneros que se identificavam com a condição feminina. Questões que até então

---

estavam encobertas pela vergonha e pelo ceticismo passaram a ocupar um maior espaço nas esferas públicas da sociedade.

Aqui, cabe esclarecer que adotamos a primeira pessoa do plural em nosso texto, alinhando-nos, portanto com a tradição etnográfica de escrita e reforçando o caráter coletivo da construção desse trabalho (KOZINETS, 1998; LAPLANTINE, 2004). Tomamos como base a pesquisa de Mestrado de Ana Paula Muller que, em seu estágio inicial, tinha como objetivo investigar os movimentos de mulheres que se apropriavam cada vez mais dos meios digitais em todo o mundo para suas reivindicações. No entanto, em conjunto com Andrea Medrado, orientadora da pesquisa, foi estabelecido um recorte especificamente direcionado ao ativismo de mulheres mães. Dessa forma, o assunto uniu interesses pelos ativismos de mulheres na rede e uma identificação das duas pesquisadoras com o lugar social da maternidade.

Sendo assim, o objetivo principal desta pesquisa passou a ser investigar de quais maneiras tal conexão de mulheres mães em rede dá origem a um fenômeno que consideramos como uma forma distinta de ativismo digital feminista: o ativismo materno. A partir deste ponto, surgem outras questões importantes como: a) quais são as principais características desse fenômeno? e b) Quais são as relações entre o ativismo digital materno e os feminismos em rede encontrados atualmente no ciberespaço?

Para explorar estas questões, analisamos principalmente a plataforma Cientista Que Virou Mãe (CQVM) que, além de um blog com este título, conta com uma página no Facebook (@cientistaqueviroumae, com mais de 112 mil curtidas no momento da redação deste trabalho), perfil no Instagram (@cientistaqueviroumae, com 34 mil seguidores) e Twitter (com 556 seguidores no momento da redação deste trabalho). Além do CQVM, incorporamos também material da plataforma “Não Me Chamo Mãe” (naomechamomae.com.br) que também tem uma página no Facebook e perfil no Instagram com mais de 12 mil curtidas e 1.300 seguidores no momento da redação deste texto. Aqui, especificamente, nos interessam suas discussões acerca da politização da maternidade e de como as arenas políticas são elaboradas de forma a excluir mulheres e, mais ainda, mulheres mães responsáveis pelo cuidado de crianças na primeira infância.

### **Etnografia digital**

Antes de oferecermos uma breve contextualização acerca dessas plataformas e perfis que têm papel de destaque no universo do ativismo digital materno brasileiro,

---

traremos um breve esclarecimento acerca da abordagem metodológica que adotamos. Este texto toma como inspiração principal abordagens da etnografia digital. Como podemos inferir, tal abordagem representa uma derivação da etnografia, porém conduzida no ambiente da internet (KOZINETS, 1998; MACHADO, 2017; MILLER; HORST, 2012). Assim, a etnografia digital também é uma herdeira da antropologia, sendo baseada em abordagens e conceitos metodológicos como a observação participante e a “descrição densa” (GEERTZ, 1978), possibilitando uma compreensão aprofundada sobre as características peculiares a determinadas culturas. Porém, na etnografia digital, o objeto de estudo são as comunidades virtuais (HINE, 2005). Aqui, vale a ressalva de que a tendência entre os autores é não mais perceber o “virtual” como algo divorciado ou destacado do “real”. Como Christine Hine sugere, “já que as comunicações mediadas assumem um papel significativo no cotidiano das pessoas, torna-se evidente que o etnógrafo precisará estar inserido nessas dinâmicas de comunicação mediada de forma orgânica e em paralelo com qualquer interação face-a-face que possa vir a ocorrer” (HINE, 2005, p. 3).

Nesta pesquisa, especificamente, as duas autoras vêm fazendo acompanhamento etnográfico das postagens e comentários no blog e na página do Facebook Cientista Que Virou Mãe (CQVM). Parte do acompanhamento foi realizado com prints diários nessas páginas, obtidos durante o período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2017. Além disso, notas de diário de campo foram produzidas regularmente com base nessas observações. A partir desses esforços foi possível estabelecer algumas categorias preliminares para os textos e para os comentários nas páginas, como “empoderamento feminino”, “maternidade consciente”, “criação com apego”, “gravidez”, “parto” e “pós-parto”. Dessa forma, coletamos dados que servem de indícios importantes acerca dos diálogos entre o ativismo digital materno e os ativismos feministas. Além disso, realizamos uma análise mais sistemática das postagens do CQVM em um período delimitado entre outubro a dezembro de 2018. Isso ocorreu por conta do período de eleições e da intensa atuação política por parte das realizadoras do CQVM, com Lígia Sena, fundadora da plataforma tendo, inclusive, se candidatado a deputada estadual pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Neste período da pesquisa, especificamente, conduzimos observações etnográficas nas redes sociais Facebook e Instagram e no blog da CQVM, levando em consideração tanto as postagens quanto os comentários das seguidoras.

É importante destacar que com a etnografia podemos assumidamente reconhecer

que fazemos parte do nosso próprio objeto de pesquisa. Nós duas, Andrea e Ana Paula, integramos a comunidade digital do CQVM e de outras iniciativas de ativismo digital materno, acompanhando-as regularmente online desde seus primeiros anos de existência. Também somos mães, mulheres e pesquisadoras ou, seja, assim como Lígia Sena, somos cientistas que viraram mães. Seguindo a linha de raciocínio de Sarah Pink (2009), consideramos a internet como uma ambiência complexa de trabalho de campo onde os universos online e offline estão intimamente conectados e se constituem pelas narrativas do etnógrafo. Tal ênfase no movimento e na constituição de “lugares etnográficos” é guiada pela percepção de que tais lugares não constituem localidades delimitadas, no sentido mais literal da palavra, mas sim coleções de localidades, práticas e temporalidades que se tornam entrelaçadas (Ibidem). Assim, para este texto, em vez de apresentarmos categorizações detalhadas dos conteúdos publicados, decidimos nos concentrar e nos deixar guiar por alguns eventos marcantes ocorridos nas plataformas, como foi o caso das eleições de 2018, e que geraram alguns “aspectos de socialidade digital em movimento” (*digital socialities in motion*), como recomendam Postill e Pink (2012).

Na próxima seção, para que possamos abordar o movimento das mulheres mães, ofereceremos uma breve discussão acerca de gênero e feminismo. Observamos que a condição social da maternidade está ligada a questões que ultrapassam a possibilidade física de gerar uma criança. Pensando neste sentido, as configurações da maternidade teriam passado por modificações.

### **Gênero, Feminismos e Maternidade**

É compreendido que, na atualidade, o termo mais apropriado para nos referirmos ao feminismo é “feminismos”, já que o movimento é plural, diverso e tem como objetivo desconstruir o binarismo de sexo e gênero que alimenta a sociedade patriarcal, incorporando novas vozes. No entanto, para melhor compreender sua evolução, é necessário observar os feminismos a partir de suas fases ao longo da história, mesmo que isso signifique que o registro dos marcos do movimento tenha se dado no ambiente restrito às mulheres de classes mais altas. A importância de falar sobre a história do movimento feminista deve-se ao fato deste representar a principal influência do ativismo digital materno. Enquanto crítica teórica e mobilização social, o feminismo veio se configurando em fases, ou ondas, como chamam alguns autores, embora tais autores não alcancem uma posição unânime no que diz respeito ao estabelecimento dessas fases.

---

Vera Vieira (2012), por exemplo, elucida que a primeira fase do feminismo pode ser caracterizada por um movimento de mulheres que era regido por forças ideológicas e políticas, tendo se apresentado entre os anos de 1848 a 1920, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. As contestações das mulheres de uma sociedade como a americana naquele momento carregavam a bandeira abolicionista e tinham relação com a inviabilidade da mulher votar, ter cargo público, fazer universidade, entre outras questões. O movimento também ganhou força na Grã-Bretanha no final do século XIX. Em 1897, foi fundada por Millicente Fawcett, a União Nacional pelo Sufrágio Feminino. Em 1918, houve a aprovação do *Representation of the People Act*, que estabeleceu o voto feminino. Diante destas elucidações, percebemos que o movimento feminista, em seu primeiro momento, apresentava-se como uma frente de luta que levava em consideração basicamente os direitos exigidos por grupos pequeno de mulheres brancas e letradas.

Diante desse cenário, o feminismo negro ganhou força na década de 70 do século seguinte nos Estados Unidos. Autoras feministas negras, como Angela Davis, questionavam a não visibilidade da participação de sufragistas negras no que foi considerada a primeira fase do movimento feminista nos Estados Unidos. Segundo a autora, o movimento de mulheres trabalhadoras negras foi “para além da vontade de contribuir com esses óbvios poderes de observação e julgamento, através da criação de um movimento multirracial pelos direitos políticos das mulheres”. Isto quer dizer que de alguma forma a luta da mulher negra pelo direito ao voto deveria ser lembrada pela história do feminismo já que, este movimento também motivou a defesa pelo sufrágio feminino, como explica Davis.

Nos oito milhões de mulheres na força de trabalho durante a primeira década do século XX, mais de dois milhões eram negras. Como mulheres que sofreram a combinação da incapacidade do sexo, classe e raça, elas possuíam um poderoso argumento para o direito ao voto. Mas o racismo correu tão profundamente dentro do movimento do sufrágio feminino que as portas nunca se abriram realmente para as mulheres negras (DAVIS, 2016, p. 106).

Se na primeira fase do movimento, a luta sufragista dava a tônica, a segunda fase do feminismo foi observada a partir dos movimentos pelos direitos civis dos anos de 1960 e pelo surgimento de uma teoria feminista. Na sua bandeira vinha a redefinição da identidade da mulher, ou seja, que a mulher fosse vista como um sujeito. Em sua obra *O Segundo Sexo*, de 1949, Simone Beauvoir lançou um discurso mais radical que fundamentou as bases teóricas para esta nova fase do movimento. A autora defendia a

liberação da mulher do seu determinismo biológico e retomava a perspectiva hegeliana do “ser é tornar-se” dando origem a sua celebre frase “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Com isso, foram lançadas as bases para o que viria a constituir os estudos de gênero, como nos ajuda a compreender Lucilia Scavone.

As teses desse livro sobre liberdade sexual e liberação da prática da contracepção e do aborto podem ser consideradas um marco da passagem do feminismo igualitarista, no molde sufragista, para a fase do feminismo centrado na mulher sujeito, criando os elementos necessários para a politização das questões privadas (SCAVONE, 2001, p.175).

A Terceira Onda do Feminismo, chamada de fase diferencialista, veio questionar a identidade e propor a incorporação de uma multiplicidade de sujeitos do feminino. O ponto-chave desta onda é a incorporação de novas identidades ao sistema de crenças estabelecido pelas fases anteriores. Os estudos teóricos-conceituais do feminismo também levam em consideração as fases acima colocadas e um contexto que tem como substrato a sociedade urbano-industrial moderna. Porém, é importante destacar, como nos explica Scavone (2001), que não há como delimitar estas fases em uma linha do tempo, sendo que nenhuma delas está compreendida em um período fixo. Além disso, seria reducionista afirmar que determinadas fases estariam associadas a lutas específicas que não seriam adotadas em outras fases do feminismo. Em outras palavras, as fases e lutas do feminismo, assim como a própria ideia dos feminismos, também são plurais e fluidas. No entanto, essa discussão nos oferece alguns apontamentos úteis para pensarmos o ativismo digital materno como um fenômeno distinto dentro de ativismos plurais feministas, trazendo aqui algumas das características que o permeiam.

Assim, o tema deste trabalho é fruto e sofre influência do que chamamos de Quarta Onda do Feminismo. Nesta fase, que teve seu ápice no ano de 2015, o movimento invadiu as ruas e os espaços simbólicos da internet. Nesse mesmo ano, aconteceu a primavera das mulheres<sup>4</sup> em vários países. Essa etapa, ainda pouco estudada academicamente, tem como pauta maior os direitos sobre o corpo. É a onda do "Meu corpo, minhas regras." Esse ressuscitar do movimento pode parecer ter sido estimulado pelas possibilidades comunicacionais da rede mundial de computadores. Páginas feministas em redes sociais promoviam debates e manifestações, mediando um tipo de mensagem que queriam mostrar ao gênero feminino o caminho para o despertar da consciência por meio da

---

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, a postagem do Think Olga. Disponível em: <<http://bit.ly/2XOz5cl>>. Acesso em: 28 jun. 2019.



---

informação e da sororidade. Formulado por uma nova geração de feministas e declarado como missão da organização feminista brasileira *Think Olga*<sup>5</sup>, entre outras, o pressuposto do "empoderamento pela informação" é uma das premissas da Quarta Onda do Feminismo. A sua compreensão é fundamental para entender os estímulos que levam também um movimento de mulheres mães a ocupar os espaços da internet tanto para a reivindicação dos seus direitos quanto para a produção e mediação da informação que promove mudanças sociais para as mulheres com filhos.

Um ponto importante é que as ações de mobilização via internet, sejam elas para a promoção de eventos ou ideias, é considerada uma característica intrínseca à Quarta Onda. Por isso, este período pode ser considerado o berço do que chamamos aqui de ativismo digital feminista. Algumas autoras, como Fernanda Rocha (2017, p. 46), chamam o ativismo feminista na internet de Feminismo 2.0 ou ciberfeminismo. Também é na Quarta Onda do Feminismo que observamos uma maior visibilidade dos múltiplos feminismos com suas pluralidades de pautas e vertentes. De fato, eles são tão plurais que podem gerar significativas divergências, como explica Rocha (2017, p. 58). Isso ocorre também em função dessa ser uma fase pautada pela força de grupos identitários múltiplos, como, por exemplo, os grupos pró-aborto, as feministas radicais, os grupos de mulheres transgênero, entre outros. Tais grupos precisariam encontrar um espaço mais democrático e livre da repressão do sistema patriarcal para visibilizar suas causas, suas pautas e, até mesmo, suas próprias existências. Nesse contexto, a web ganha força e reconfigura as ações do movimento feminista.

Portanto, como outras formas de ativismo, o ativismo feminista ganha potência a partir de uma ação conectiva na internet (BENNETT; SEGERBERG, 2012), que ocorre com a propagação de mensagens personalizadas e sem que necessariamente ocorra a presença de movimentos formais institucionalizados como partidos e associações. De acordo com Rocha, para trabalharmos com a ideia do feminismo como um movimento social em rede, é preciso que haja uma compreensão de como a questão interseccional está presente neste contexto. Para os feminismos em rede, a mulher é um sujeito que está submetido a uma série de intersecções de condições sociais que definem seu lugar na sociedade como único. E é a partir desta singularidade que podemos compreender suas necessidades e suas reivindicações. Por exemplo, há mulheres que sofrem com o

---

<sup>5</sup> Projeto feminista criado pela jornalista Julia Faria com o objetivo de dar às mulheres mais possibilidades de escolha por meio da informação. Sua atuação principal se dá pela página na internet e nas redes sociais.



machismo e com o racismo, por serem negras. Assim, “apropriando-se da interseccionalidade, o ciberfeminismo visa discutir e organizar pautas de luta a fim de mitigar essas vulnerabilidades sociais vivenciadas por todas as mulheres em suas particularidades” (ROCHA, 2017, p. 68). A seguir, abordaremos as particularidades do ativismo digital materno, apresentando também um breve contexto sobre as iniciativas ativistas maternas que analisamos.

### **Características do Ativismo Digital Materno**

Ao longo de 2017 e 2018, acompanhamos iniciativas como a Cientista Que Virou Mãe e Não Me Chamo Mãe (ambas com blog, páginas no Facebook, perfis no Instagram e Twitter), além de postagens de personas públicas diretamente associadas ao Movimento Ativista Materno como a ex-deputada Federal Manuela D’Ávila (estas últimas não serão discutidas aqui por questões de limitação de espaço). Como já afirmamos, nós duas já éramos integrantes da comunidade virtual materna (RHEINGOLD, 1993) e, portanto, utilizamos nosso posicionamento como mulheres, mães e pesquisadoras em nossa pesquisa.

A iniciativa CQVM foi iniciada em 2009 por Lígia Moreiras Sena. Na época, o projeto funcionava como um diário íntimo e servia de ferramenta para que a autora se comunicasse com outras mulheres mães para trocar experiências e conhecimentos sobre uma série de assuntos, principalmente assuntos que se relacionavam com a área de atuação de Lígia Sena – a das Ciências Biológicas. Uma amiga que estava grávida, a agrônoma Nani Feuser, se juntou ao projeto com o intuito de fazer do blog uma rede de informação voltada para questões do cotidiano da mulher mãe. Juntas, mais tarde, idealizaram a proposta que transformaria o blog em uma “mídia digital independente” com conteúdo crítico e diverso sobre a maternidade. Em 2015, a CQVM passou por uma transformação em seu formato, trazendo a ideia de contar com uma rede de produção de conteúdo informacional materno que pudesse ser mantida sem depender de iniciativas de empresas, criando oportunidades para autoras mães no blog. Como afirma Lígia Sena:

[...] percebi a grande responsabilidade que tinha em mãos: produzir conteúdo que estava sendo acessado por pessoas em busca de apoio em suas dúvidas como cuidadores, especialmente mães na grande maioria dos casos. A partir de então, decidi assumi-lo como um blog focado em questões relacionadas à mulher que se torna mãe, ao respeito ao parto e nascimento e ao respeito integral à infância. E assim, ele se tornou o blog Cientista Que Virou Mãe. Hoje, tenho a imensa alegria (e espanto,

---

como não dizer?) de ver que todos os dias chegam, em média, entre 6 e 8 mil pessoas até ele, em busca de informação e reflexão sobre cuidado com a infância, maternidade, empoderamento materno, entre outras questões (SENA, 2015).

Dessa forma, Lígia justificou o projeto de transformar o blog em um veículo de comunicação independente em função do crescente número de visitantes de sua página. Se tantas pessoas buscam por informações que apresentem a maternidade de uma forma mais próxima do que ela realmente é, ou seja, - nem invisível, nem romantizada - haveria uma responsabilidade a mais em mediar tais informações.

Sendo assim, envolver outras mulheres - e suas competências profissionais para a escrita - é uma forma de legitimar o conteúdo, além de envolver no trabalho vários olhares sobre a maternidade crítica. Para contribuir com essa dinâmica, o próprio público poderia escolher o que quer ler e financiar o texto por meio das campanhas de financiamento coletivo, que passaram a ser o caminho para operacionalização do projeto. No entanto, em 2018, a CQVM passou por outra transformação. Lígia Sena se filiou ao PSOL e lançou-se candidata à Deputada Estadual no dia 7 de abril de 2018. Desde o período da campanha até os dias atuais, a CQVM tem se afastado do formato de financiamento coletivo e adotado um formato de produção de conteúdo que demonstra um caráter menos coletivo com textos produzidos predominantemente pela própria Lígia. Além disso, Lígia tem concentrado mais esforços em anunciar palestras proferidas por ela e outras pesquisadoras e ativistas em diversas cidades brasileiras como Florianópolis (cidade de Lígia), São Paulo e Rio de Janeiro e sobre temas como violência obstétrica, educação sem violência e utilização de aparelhos eletrônicos por crianças.

Já o Não Me Chamo Mãe teve um período de atuação mais intenso no ano de 2017. A plataforma era produzida coletivamente por mulheres de diversas áreas de conhecimento e atuação, como engenheiras, economistas e jornalistas. O texto de apresentação resume a filosofia da iniciativa:

Sim, somos mães, mas também somos Carolinas, Priscilas, Brunas, Teresas, Fátimas, Fernandas, Natálias, Rebecas, Rejanas, Anas e Lívias. Parimos naturalmente, fizemos cesariana, abortamos, adotamos e perdemos umx filhx. Somos negras, brancas, da cidade, do interior, da serra e da praia. Somos da favela, do asfalto, da Zona Norte, da Zona Sul e da Baixada. Somos putas e santas, escandalosas e tímidas. Gostamos de homem e também de mulher. Vivemos relações a dois, a três, a quatro, de quatro e em pé e dormimos de conchinha debaixo do edredom. Queremos sexo todo dia, não queremos nunca mais também. Trabalhamos dentro e fora de casa. Somos artistas, engenheiras, economistas e cozinheiras. Somos casadas, solteiras, viúvas,

---

divorciadas, traumatizadas e apaixonadas. Somos religiosas e atéias. Somos caretas e loucas, do lar e do bar, do dia e da noite. Somos também avós, tias, primas, irmãs, vizinhas e cunhadas. Ser mãe não nos define. Ser mãe é apenas mais um aspecto das nossas vidas. Acima de tudo somos todas MULHERES (NÃO ME CHAMO MÃE, 2017<sup>6</sup>).

Esse texto nos remete à primeira das duas principais características que identificamos como sendo determinantes para o ativismo digital materno: o combate ao determinismo materno, como explicaremos a seguir.

### **1) Ativismo Digital Materno como Forma de Combate ao Determinismo Materno**

Tanto o Não me Chamo Mãe quanto o CQVM reivindicam que a mulher não seja representada socialmente apenas por sua condição materna. Com isso, as mães são representadas como sujeitos multidimensionais e plurais e as mulheres explicitam a necessidade de valorizá-las a partir de outras perspectivas de suas vidas, que vão além da maternidade. Nas plataformas de ativismo digital materno, também encontramos críticas frequentes ao termo “mãezinha”, frequentemente utilizado com tom carinhoso para se referir às mães, principalmente, de crianças que se encontram na primeira infância. Para essas ativistas, o termo soa pejorativo e preconceituoso se pensado dentro da perspectiva de que as mulheres vêm historicamente lutando para ocupar posições na sociedade que possam garantir o exercício dos seus direitos fundamentais. Assim, segundo a perspectiva das ativistas digitais maternas, usar apenas a especificação materna para se referir a uma mulher com filhos, é restringi-la a espaços pré-determinados pelas convenções sociais que alimentam as desigualdades, excluindo-a da esfera pública e anulando suas competências profissionais. Isso nos leva à uma segunda característica associada ao combate ao determinismo materno.

### **2) A Maternidade como Ato Político**

Uma publicação do CQVM é bastante útil para compreendermos o porquê da necessidade de se falar de política em uma página de maternidade, revelando posicionamentos contraditórios das seguidoras da plataforma.

---

<sup>6</sup> O texto original está disponível em: <<http://bit.ly/CQVM-quem-somos>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

**Figura 1 – Discussão sobre política nos comentários da página do Facebook do CQVM<sup>7</sup>**



Fonte: Facebook.

Como é possível observar, permeando a discussão, vieram reações negativas de algumas leitoras com relação à presença de conteúdo político na plataforma por acreditarem que maternidade e política não devem se misturar. Em contrapartida, outro grupo de seguidoras acredita que é necessário enxergar política e maternidade como sendo inseparáveis.

Seguidora 1: Esta página poderia continuar a fazer o que faz de melhor, né? Discutir sobre maternidade! Sobre política já tem vários discutindo.

Seguidora 2: Como vocês podem enxergar maternidade separado de tudo? Essa é a raiz do problema, viu? Não querer que se discuta políticas públicas...ah. Mulheres, vcs podem mais!

A discussão, em alguns momentos, passa a receber comentários irônicos e depreciativos sobre o alinhamento político da página, uma prática observada com mais ênfase no período que se iniciou com a crise no cenário político brasileiro no ano de 2016. O ataque à opinião e posicionamento político do CQVM veio como consequência da extrema polaridade política e propagação de discurso de ódio que foi característico daquele momento. Esse cenário também favoreceu o ataque a muitas páginas da internet que defendiam causas sociais. A resposta da fundadora do CQVM para a polêmica acerca da intersecção entre política e maternidade foi amadurecida e pode ser observada em uma publicação no Facebook feita três anos depois, no dia 17 de outubro de 2018, cujo texto

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2Lo3psK>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

---

será apresentado aqui.

São sete anos de atuação como a Cientista que virou mãe. Dois doutorados, ajudando a transformar políticas públicas voltadas para a humanização do parto. Dois livros e muitas centenas de textos discutindo sobre como a infância, educação não violenta, maternidade crítica e ser mulher são atos puramente políticos - ainda mais em tempos de ódio. E ainda vem gente dizer que “é melhor não misturar maternidade e política”. Se você não vê a maternidade como ato político, tem alguma coisa errada aí. Maternidade é algo muito além de trocar fralda e dar peito (SENA, 2018).

A partir daqui podemos pensar na relação entre política e maternidade a partir de dois aspectos: da consciência em relação à face política da maternidade, ou seja, compreender que a maternidade é uma condição social que implica em algumas lutas, como a do direito à escolha do parto, do direito a creches públicas, do direito à estabilidade trabalhista ao tornar-se mãe, entre outras; e da ocupação dos espaços públicos de tomada de poder para propor novas políticas públicas voltadas para necessidades de mulheres e mães. Além disso, no dia 7 de abril de 2018, Lígia Sena, que já se alinhava à atuação política materna por meio do ativismo, anunciou, em uma publicação no Facebook, que estava lançando sua pré-candidatura a deputada estadual pelo PSOL de Santa Catarina. Na publicação<sup>8</sup>, Lígia Sena conclama outras mulheres a se unirem à proposta de um gabinete coletivo, onde muitas terão voz e onde todas as lutas terão espaço para colocar suas propostas para a transformação da realidade de mulheres, mães, crianças, negros, LGBTs e indígenas. Lígia se lançou com o número 50180 e adotou o nome oficial de “Lígia Moreiras - A Cientista que virou mãe”. Seu slogan de campanha trazia três verbos na primeira pessoa do plural: "Ocupamos. Existimos. Transformamos." As ações de campanha eram divulgadas em canais exclusivamente utilizados para este fim. Em Santa Catarina, estado onde mais de 75% dos eleitores votaram em Jair Bolsonaro, Lígia Sena não conseguiu ser eleita para a Câmara de Deputados. No entanto, seu explícito posicionamento político, assim como o de outras ativistas maternas que se colocaram como candidatas ilustra a importância de considerarmos a maternidade como ato político, reivindicado na esfera pública. Aqui, o antigo lema feminista - “o pessoal é político” (HALL, 2006, p.45) – pode ser atualizado e complexificado para afirmar que o político também é pessoal.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://bit.ly/2Lo3psK>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

## Considerações finais

Neste trabalho, examinamos duas das principais características do fenômeno do ativismo digital materno – o combate ao determinismo materno e o posicionamento da maternidade como ato político, situando-o dentro de alguns debates do ativismo feminista. Dessa forma, as integrantes do ativismo digital materno alinham-se ideologicamente aos feminismos enquanto movimento social e críticas teóricas e encaram a maternidade como forma de militância. A ocupação dos espaços públicos por mães e suas crianças, concluímos, é vista para este grupo como uma forma de resistência. Além disso, o fenômeno do ativismo digital materno tem como objetivo transformar o olhar da sociedade em relação à condição da maternidade para que ela possa ser enxergada de forma mais real, menos romantizada, indo além das paredes das casas e levando em consideração a multidimensionalidade das mulheres que, muito além de “mãezinhas”, são profissionais, políticas e, acima de tudo, humanas com todas as implicações negativas e positivas que isso traz.

No entanto, neste trabalho, ao termos optado por explorar suas características, não tivemos espaço para considerar algumas limitações do fenômeno do ativismo digital materno, tais como o reconhecimento do mesmo ainda estar predominantemente circunscrito a círculos de mulheres brancas, de classe média (MEDRADO; MULLER, 2018) e do fato de algumas das iniciativas, como o CQVM, terem se afastado de modelos de produção mais coletivos, adotando estratégias de sobrevivência financeira que se aproximam mais de modelos liberais, como a divulgação de palestras e venda de produtos associados ao universo materno. Vale aqui destacar que os desafios para as mulheres mães são imensos em um contexto conservador de ataque aos direitos reprodutivos e à atuação política das mulheres, entre outras múltiplas questões. Sendo assim, todos os esforços são válidos para que as mulheres possam se fortalecer mutuamente, continuando, como diriam as ativistas maternas, a lutar como mães.

## Referências

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The Logic of Connective Action, **Information, Communication & Society**, 15:5, 739-768, 2012.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 8. ed. 1. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HINE, C. **Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday**. London, New York: Bloomsbury Academic, 2015.
- KOZINETS, R. On Netnography: initial Reflections on Consumer Investigations of Cyberculture. In: ALBA, J; HUTCHINSON, W. (Eds.). **Advances in Consumer Research**, Provo-UT: Association for Consumer Research, 1998.
- LAPLANTINE, F. **A Descrição Etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- MACHADO, M. **Antropologia digital e experiências virtuais do Museu de Favela**. Curitiba: Apris Editora, 2017.
- MEDRADO, A. E.; MILLER, A. P. Ativismo Digital Materno e Feminismo Interseccional: Uma Análise da Plataforma de Mídia Independente Cientista que Virou Mãe. **Brazilian Journalism Research**, vol. 14, n. 1, p. 258-285, 2018.
- MILLER, D.; HORST, H. (Eds.). **Digital anthropology**. Oxford: Berg Publishers, 2012.
- PINK, S. **Doing sensory ethnography**. London: Sage, 2009.
- POSTILL, J.; PINK, S. Social media ethnography: The digital researcher in a messy web. **Media International Australia**, 145 (1), 123-134. doi: 10.1177/1329878X1214500114 Recuperado de <http://journals.sagepub.com/toc/miad/145/1>, 2012.
- RHEINGOLD, H. **The Virtual Community: Finding Connection in a Computerized World**. Boston, MA: Addison-Wesley Longman Publishing, 1993.
- ROCHA, F. B. M. **A Quarta Onda do Movimento Feminista: o Fenômeno do Ativismo Digital**. 2017. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo.
- SCAVONE, L. A Maternidade e o Feminismo: Diálogo com as Ciências Sociais. **Cadernos Pagu**, v. 16, 2001. (p. 137-150).
- VIEIRA, V. F. **Comunicação e feminismo. As possibilidades na era digital**. 2012. Tese de Doutorado (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes (ECA), Universidade de São Paulo, São Paulo.